

Caindo em parafuso

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

O Brasil é um país em que o realismo tende a ser visto com desconfiança. Análises realistas são quase sempre rebaixadas a pessimistas, às vezes com alusões à falta de patriotismo. Coisa de quem não acredita no País. Essa deformação analítica explica a subestimação disseminada quanto à gravidade da monumental crise que hoje afeta o País. O Brasil continua firme na comprovação do provérbio siciliano de que o pior não tem fim. O circo de horrores no Legislativo e no Executivo é desesperador.

O governo está em franca decomposição, lutando desesperadamente para salvar-se politicamente do desastre acarretado pelo espetacular malogro de sua política econômica baseada em soluções mágicas inexistentes. Pior, depois de 12 anos de governo liderado pelo PT, o que se vê é que os avanços na esfera social são difíceis de sustentar e insuficientes para justificar a reversão de conquistas relativas a outros objetivos duramente conquistados no passado.

O mau governo afetou as finanças públicas e os compromissos com melas fiscais e inflação. As “pedaladas” não afetaram apenas as contas públicas, O Brasil não só congelou a abertura comercial herdada em 2003, mas agravou o protecionismo usando de expedientes primitivos, especialmente em benefício do setor automotivo, agora levados ao pelourinho da Organização Mundial do Comércio (OMC). O governo, de forma reiterada, destacou as pretensas virtudes de um modelo no qual o listado tivesse presença marcante. Fracassou redondamente. A atuação do governo na gestão das estatais, marcada por incompetência e corrupção, foi desastrosa, como mostra a situação penosa em que se encontra a Petrobras. Neste ambiente econômico é quase inevitável que as instituições políticas entrem em fadiga e seja testada a propalada robustez institucional construída na esteira da Constituição de 1988, do impeachment de Collor e na alternância política estabelecida desde então.

A despeito das esperanças petistas de que a presidente sobreviva até o fim de seu mandato e que haja tempo útil para recauchutar a abalada imagem de Lula, a saída da crise que parecia mais provável era a alternância de poder nas eleições presidenciais de 2018, com a vitória do PSDB, a despeito de suas crônicas lutas internas. Ledo engano. O partido chutou o balde numa sequência de votações no Congresso sobre fator previdenciário, reajuste nababesco do Judiciário, que traria em sua esteira o resto do setor público e a indexação de todas as aposentadorias previdenciárias no sistema INSS ao salário mínimo.

O PSDB mostrou ser bem mais imaturo politicamente do que a oposição ao primeiro ministro grego, Alexis Tsipras, que optou por apoiar o programa de reformas de seu adversário em nome do interesse nacional.

Com esse comportamento, o PSDB fica impedido de lembrar o melancólico retrospecto do PT em votações decisivas para a reconstrução da democracia que vai da aprovação da Constituição de 1988 às medidas relacionadas ao Plano Real. Da mesma forma que o PT no passado, o PSDB

escolheu sacrificar os interesses coletivos em nome do objetivo míope de derrotar o governo, aliando-se à massa irresponsável do Congresso. Um cínico diria que alguns dos petistas votaram porque tinham ideias tortas e não por mero oportunismo. Já os peessedebistas votaram para derrotar o governo, a despeito do que pensavam.

Mais graves são as consequências dessa irresponsabilidade sobre as eleições presidenciais à frente. Qual poderá ser o programa de governo do PSDB? Qual a credibilidade de seu possível compromisso com a estabilidade macroeconômica, a abertura comercial e a privatização?

Caso não possam preponderar no PSDB os apelos do presidente Fernando Henrique quanto à importância dos objetivos permanentes do partido, é difícil de ver alternativa a uma profunda recomposição de alianças políticas para que o País possa pensar em sair da crise. Processo que será longo e penoso.

* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.